

MINUTA - GT MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

- [Sugestões levantadas em reunião da CONAFLO, de 26/08/08.](#)

Projeto de Decreto nº ____, de ____ de ____ de 2008.

Institui a Política Nacional de
Fomento ao Manejo Florestal Comunitário
e Familiar.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, na forma deste Decreto e seus anexos.

Art. 2º. Este Decreto dispõe sobre os objetivos, conceitos, princípios, diretrizes, eixos e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas ao fomento do manejo florestal comunitário e Familiar.

Art. 3º. A formulação, gestão e execução da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com as políticas nacionais ambientais, agrícolas, florestais, de reforma agrária, economia solidária e agricultura familiar; dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei, considera-se manejo florestal comunitário e familiar aquele formulado e implementado sob gestão comunitária e familiar, de acordo com suas formas peculiares de organização produtiva, podendo empregar técnicas tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade em questão, visando à promoção socioambiental, cultural e econômica dos manejadores florestais e suas comunidades.

Art. 5º. Considera-se, também, Manejo Florestal Comunitário e Familiar aquele que, mesmo quando terceirizadas suas atividades operacionais, a comunidade detém o plano de manejo florestal, sendo responsável por sua gestão e acompanhamento.

Parágrafo Único. No caso de terceirização das atividades operacionais em terras públicas de destinação comunitária, a relação empresa-comunidade deve ser formalizada por meio de contrato, com anuência do órgão gestor da área.

Art. 6º. São manejadores florestais comunitários e familiares:

- I. Os Povos e Comunidades Tradicionais, conforme disposto no Decreto nº. 6040 de 7 de fevereiro de 2007;
- II. Os agricultores familiares, conforme definidos no art. 3º da Lei nº. 11326 de 24 de julho de 2006.

Art. 7º. São considerados produtos do Manejo Florestal Comunitário e Familiar os bens e serviços oriundos da floresta comunitária manejada.

Art 8º. A Comissão Nacional de Florestas e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas deverão articular, junto aos diversos setores competentes do governo e da sociedade civil, as ações necessárias à normatização, planejamento, bem como à gestão de programas e projetos de fomento e suporte ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, ____ de ____ de 2008, 187º da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO I

POLÍTICA NACIONAL DE FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR

PRINCÍPIOS

Art. 1º. A Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar observará os seguintes princípios:

- I. Promoção do desenvolvimento sustentável;
- II. Promoção do uso múltiplo e sustentável das florestas, com geração de trabalho e renda e participação dos manejadores florestais comunitários e familiares em todas as fases da gestão da política pública e dos empreendimentos comunitários;
- III. Promoção da igualdade étnica, de raça, gênero e de geração; descentralização da gestão florestal e articulação das ações entre as políticas e instituições existentes
- IV. Promoção das diferentes formas de organização social e produtiva;
- V. Valorização do conhecimento tradicional acumulado pelos manejadores florestais comunitários e familiares e a garantia da repartição de benefícios;

OBJETIVOS

Art. 2º. São objetivos da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar:

- I. Assegurar a conservação e uso sustentável do patrimônio cultural e ambiental brasileiro, por meio do manejo florestal sustentável comunitário e familiar;
- II. Promover o fortalecimento e articulação das instituições responsáveis pela gestão do Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- III. Promover a destinação formal das florestas sob a posse de agricultores familiares ou comunidades, nas formas previstas na legislação federal e estadual em vigor.
- IV. Definir programas, instrumentos e ações direcionadas à inclusão social e à justa repartição de benefícios entre os usuários dos recursos florestais;
- V. Promover o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do manejo florestal de uso múltiplo;
- VI. Promover a adaptação de normas e procedimentos adequados à elaboração de Plano de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, respeitando as especificidades nos diferentes Biomas;
- VII. Promover a criação e implementação de mecanismos tributários, creditícios e de facilitação administrativa específicos para o manejo florestal sustentável comunitário e familiar;
- VIII. Promover a assistência técnica e extensão rural adaptadas às demandas do Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- IX. Valorizar o conhecimento tradicional associado ao uso e conservação dos recursos naturais;
- X. Fortalecer as diferentes formas de organização social e produtiva;
- XI. Garantir o acesso das comunidades das florestas aos recursos naturais nelas existentes;
- XII. Garantir apoio à produção e gestão de conhecimentos e tecnologias que favoreçam o uso sustentável dos recursos naturais pelos manejadores florestais comunitários e familiares;

- XIII. Promover a geração de trabalho e renda associado ao manejo sustentável comunitário e familiar;
- XIV. Fortalecer e estruturar as cadeias produtivas, estimulando a [diversificação produtiva e a](#) agregação de valor à produção florestal de base comunitária e familiar.
- XV. Valorizar o pagamento dos serviços ambientais gerados a partir do MFCF.

DIRETRIZES

Art. 3º. Os programas e projetos destinados ao fomento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar obedecerão às seguintes diretrizes:

- I. Articulação de políticas públicas de interface com o Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- II. Promoção da inclusão econômica, cultural e socioambiental;
- III. Articulação de ações dos órgãos públicos e agentes privados;
- IV. Apoio a processos de geração participativa de conhecimentos e tecnologias, envolvendo manejadores florestais comunitários e familiares e suas organizações, instituições de ensino, de pesquisa e outras organizações da sociedade civil;
- V. Fomento à realização de pesquisas, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriáveis pelos beneficiários;
- VI. Remuneração por serviços ambientais gerados a partir do manejo e das atividades executadas por manejadores florestais comunitários e familiares
- VI. Adoção de mecanismos que facilitem o acesso dos manejadores florestais familiares e comunitários ao crédito.
- VII. Promoção e viabilização de ações dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão;
- VIII. Garantia de estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos manejadores florestais familiares e comunitários no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda;
- IX. Aumento da capilaridade e da capacidade técnica-institucional dos órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente, de modo a fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente e garantir o necessário aporte institucional às demandas específicas do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

EIXOS DA POLÍTICA

Art 4. São eixos da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar:

- I. Fortalecimento Organizacional (Sociedade Civil)
- II. Fortalecimento Institucional (Governamental)
- III. Regularização Fundiária [e Ordenamento Territorial](#)
- IV. Licenciamento Ambiental
- V. Crédito, fomento e Incentivos fiscais
- VI. Assistência técnica e extensão rural
- VII. Capacitação de base florestal
- VIII. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
- IX. Infra-estrutura

- X. Comercialização
- XI. Marco Regulatório

INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art.5. São instrumentos de implementação da Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, dentre outros:

- I. Os Programas do Plano Plurianual – PPA com interface com o Manejo Florestal Comunitário e Familiar relacionados no Anexo II.
- II. Os Fundos:
 - a) Fundo Refloresta – BNDES;
 - b) Fundos Constitucionais;
 - c) Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal;
 - d) Fundo Amazônia Sustentável;
 - e) Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.
- III. Os Planos:
 - a) Plano para a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- IV.
 - b) Plano Amazônia Sustentável – PAS;
 - c) Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 - d) Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.
- V. A Agenda Social dos Povos e Comunidades Tradicionais

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6. A Comissão Nacional de Florestas e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas deverão promover, no prazo máximo de 180 dias, a elaboração, de forma participativa, do Plano para a Política Nacional de Fomento ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

ANEXO II

Programas do Plano Plurianual – PPA com interface com o Manejo Florestal Comunitário e Familiar

1. Programa 1145 - Comunidades Tradicionais
2. Programa 1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
3. Programa 0506 - Nacional de Florestas
4. Programa 0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos
5. Programa 0351 - PRONAF